

**ATA DE REUNIÃO**

<b>Evento</b>	Reunião do Comitê Gestor Regional da Inovação
<b>Data</b>	22/11/2023
<b>Horário</b>	11h
<b>Local</b>	Híbrida – Sala de Reuniões da Presidência e Google Meet
<b>Presentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Samuel Hugo Lima, Desembargador Presidente do Tribunal e Coordenador;</li> <li>– José Otávio de Souza Ferreira, Desembargador Vice-Presidente Administrativo;</li> <li>– Marcelo Garcia Nunes, Desembargador indicado pela Presidência;</li> <li>– Daniela Macia Ferraz Giannini, Juíza Auxiliar da Presidência;</li> <li>– Flávio Landi, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa;</li> <li>– Ana Claudia Pires Ferreira de Lima, Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Bauru;</li> <li>– Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, Diretor-Geral;</li> <li>– Adriana Martorano Amaral Corsetti, Secretária-Geral da Presidência;</li> <li>– Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;</li> <li>– Lara de Paula Jorge, servidora de 2º grau indicada pela Presidência.</li> <li>- Viviana Xavier Geraldo Sardin, servidora de 1º grau indicada pela Presidência;</li> <li>– Patricia Luchi Pesce, Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.</li> </ul>
<b>Ausências justificadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– João Alberto Alves Machado, Desembargador Vice-Presidente Judicial;</li> <li>– Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, Desembargadora Corregedora Regional;</li> <li>– Carlos Alberto Bosco, Desembargador Diretor da Escola Judicial;</li> <li>– Antonia Regina Tancini Pestana, Desembargadora Ouvidora;</li> <li>- Manoel Carlos Toledo Filho, Desembargador Vice-Corregedor;</li> <li>- Carlos Eduardo Oliveira Dias, Juiz Auxiliar da Corregedoria;</li> <li>– Guilherme Guimarães Feliciano, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Judicial;</li> <li>- Mariana Cavarra Bortolon Varejão, Juíza Substituta;</li> <li>– Paulo Eduardo de Almeida, Secretário-Geral Judiciário;</li> </ul>
<b>Pauta / Assuntos</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fluxo de demandas do Co.Labora 15;</li> <li>2. Requisitos para priorização das demandas;</li> <li>3. Projeto JurisMentor - CAIS;</li> <li>4. Demandas em atendimento;</li> <li>5. Assuntos gerais.</li> </ol>

SAMUE.  
HUGO  
LIMA  
24/11/2023 12:34



O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal e Coordenador do Comitê Gestor Regional da Inovação, Samuel Hugo Lima, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

Passou a palavra à Dra. Daniela, que adiantou que os dois primeiros itens da pauta demandam votação e aprovação do Comitê e depois os demais são prestações de contas.

### **1. Fluxo de demandas do Co.Labora 15:**

Dra. Daniela pediu à Lara que explicasse o mapa de trabalho e ela mostrou apresentação na tela com fluxo de trabalho proposto, com ideias, problemas e desafios ao ambiente.

Lara pontuou sobre a seleção preliminar, quando chega uma demanda que não necessariamente seja do Laboratório, mas que pode ter o auxílio, com averiguação de espaço para inovação ou não, bem como imersão no caso e problema, ouvindo outros setores do Tribunal, para poder analisar as diversas perspectivas.

Se verificado que não há nada inovador, o Laboratório não é a unidade a atuar, mas pode relatar a situação, sinalizando se necessária uma capacitação com outros setores diretamente envolvidos naquela situação, aprimorando o que já existe.

Além disso, o Laboratório verifica se já existe solução na plataforma compartilhada do Judiciário (RenovaJud do CNJ), para trazer ao Regional, sem desenvolvimento do que já existe.

Após, há simulações, protótipos e submissão à Administração para eventual aprovação. Nessa fase, pode envolver o escritório de projetos da Assessoria de Gestão Estratégica e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Adlei levantou algumas questões sobre o funcionamento da plataforma do CNJ e como é feito o uso de projeto de outro Tribunal.

Dr. José Otávio questionou também sobre como é feito o encaminhamento de ideias ao Laboratório, para não burocratizar o processo.

Lara elucidou esses pontos, explicando que cada Laboratório precisa cadastrar os projetos na plataforma nacional, indicando em qual fase está, se em criação, desenvolvimento ou se já implantado.

Dr. Marcelo perguntou se um projeto já existente pode ser aprimorado ou especializado para as características do Regional. Dra. Daniela explicou que precisa de formalização de parceria e depende de cada projeto, se já foi nacionalizado etc.

Adlei comentou sobre a importância do crivo, de saber qual o canal adequado para cada solução, para identificar o que é projeto e o que é de fato projeto de inovação. Dr. Samuel e Dr. Marcelo completaram que é fundamental a utilidade do projeto.

Herbert falou sobre os desafios e a análise de impactos diferentes nos diversos Tribunais, com desenvolvimento de sistemas.

Feitas essas considerações, o Comitê votou pela aprovação do fluxo de trabalho.

### **2. Requisitos para priorização das demandas:**

Dra. Daniela pontuou que, quando a cultura da inovação ganhar mais força, será



necessário criar critérios para a priorização de demandas.

Lara apresentou os quesitos e as pontuações sugeridos para cada critério, explicando que o tratamento incluirá relevância para missão e objetivos estratégicos, o impacto na sociedade (em contraponto com impacto interno), potencial de economia de recursos, engajamento interno e externo (adesão de apoiadores internos para colocar em funcionamento), urgência e importância.

A proposta é que cada critério leve em consideração as pontuações e, no caso de empate, seja levado ao Comitê.

Dr. Marcelo abordou também a possibilidade de não existir como atender algum projeto, por limitação orçamentária ou de pessoal, entre outros fatores.

Dr. José Otávio colocou que há harmonia entre os critérios, trazendo que o impacto para a sociedade poderia estar dentro da missão.

Dr. Samuel, Dr. José Otávio, Dr. Marcelo e Adlei propuseram que a primeira avaliação técnica e pontuações sejam feitas pelo Laboratório e pela Coordenadora-Geral, Dra. Daniela, vindo depois para aprovação pelo Comitê, no caso de necessidade de validação ou de desempate, ou, ainda, quando estiver acima da capacidade de atendimento pelo Laboratório e pelos laboratoristas colaboradores.

A priorização foi aprovada seguindo o plano proposto, seguindo as metodologias e a organização do pensamento para a inovação.

### **3. Projeto JurisMentor - CAIS:**

Dra. Daniela explicou que o projeto traz outra metodologia, o Design Sprint, para trabalhar um problema já filtrado e em outra etapa. Lara complementou que as etapas são precisas, com atividades e tempo delimitados para cada encontro, oferecendo suporte emocional para as(os) magistradas(os) quando houver julgamento de casos de alta complexidade.

Foram apresentados os atores envolvidos no desafio, incluindo membros do TRT-15, Procuradores e advogados, com apoio da laboratorista Sara Vieira, que foi facilitadora nesse projeto.

Lara demonstrou como foi realizado o trabalho, a partir do ambiente virtual, com utilização da plataforma do Miro ([www.miro.com](http://www.miro.com)).

Mostrou como o desafio foi priorizado, como foram levantados os passos necessários para diminuir o tempo, as etapas de imersão no problema, a criação dos protótipos, os testes coletados sobre percepção de valores e sobre a resolução de problemas, com apoio de magistrados, bem como a parte da validação da Administração e a implementação efetiva.

Foi apresentado um vídeo sobre o CAIS, mostrando como funciona a plataforma colaborativa, onde é possível consultar contatos, banco de dados, mentorias, consultorias da procuradoria do trabalho, da academia, de peritos e da magistratura. Nos testes, houve constatação de que o projeto agrega valor.

Tal projeto funcionaria como uma página de internet, permitindo acesso em qualquer ambiente, de forma segura, permitindo pedir ou compartilhar ajudas e experiências, assim como abrir reuniões telepresenciais e debates com os colegas.

O Laboratório foi procurado pelo CNJ, para tratativas e uma possível inclusão na PDPJ



(Plataforma Digital do Poder Judiciário).

O Comitê debateu questões como cautela, como instrumento a ser utilizado com ética e pesquisa para casos assemelhados.

O projeto voltará ao Comitê em novas fases, estando em desenvolvimento.

#### 4. Demandas em atendimento:

Lara apresentou brevemente quais demandas estão em atendimento no Laboratório atualmente: Jurismentor-CAIS, Comunicação Interna, Preparação para a Aposentadoria, Comunicação Especializa e Equaliza, Linguagem Simples nos mandados do FT Bauru, Primeiros Socorros e Assistente Virtual para Juízes.

#### 5. Assuntos gerais:

Dra. Daniela sugeriu a inclusão da Assessora de Gestão Estratégica na composição deste Comitê, o que restou aprovado.

Ao final, o Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal e Coordenador do Comitê Gestor Regional da Inovação, Samuel Hugo Lima, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 12h11.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce (DACC - Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês)	Em	22/11/2023
Ata aprovada por	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desembargador Presidente e Coordenador do Comitê Gestor Regional de Inovação, Samuel Hugo Lima;</li> <li>- Juíza Coordenadora-Geral do Laboratório de Inovação, Daniela Macia Ferraz Giannini.</li> </ul>	Em	23/11/2023

